



**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Instituto Multidisciplinar**

**Departamento de História e Economia**

**Curso de História**

**Marlene Nascimento**

**Revolução de 30 na terra da laranja: uma leitura a partir do  
Correio da Lavoura**

Nova Iguaçu

2014



**Marlene Nascimento**

**Revolução de 30 na terra da laranja: uma leitura a partir do  
Correio da Lavoura**

Monografia apresentada ao curso de  
Licenciatura em História da  
Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro, Instituto Multidisciplinar,  
como requisito de obtenção do grau  
de Licenciado em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lucia Silva

Nova Iguaçu

2014

**Marlene Nascimento**

**Revolução de 30 na terra da laranja: uma leitura a partir do  
Correio da Lavoura**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar, como requisito de obtenção do grau de Licenciado em História.

**Nova Iguaçu, 03 de dezembro de 2014**

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup> Lucia Helena Pereira da Silva  
Departamento de História e Economia  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Multidisciplinar

---

Prof. Dr. Jean Rodrigues Sales  
Departamento de História e Economia  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Multidisciplinar

---

Prof<sup>ª</sup> Dra. Patrícia Bastos de Azevedo  
Departamento de Educação e Sociedade  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Multidisciplinar

## **Agradecimentos**

A Deus, autor e consumidor da minha história, por me sustentar em todos os momentos me dar condição de chegar até aqui e realizar este sonho.

Aos professores do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Multidisciplinar por compartilhar novos saberes e ampliar a visão do conhecimento.

À Professora Lucia Helena, pela generosidade com que se propõe a orientar, incentivar e mostrar que as dificuldades são apenas obstáculos que podemos transpor com perseverança. Seu empenho e dedicação fizeram toda diferença na produção deste trabalho.

Ao meu filho, amigo e companheiro nas horas difíceis e o maior entusiasta nas alegrias e conquistas.

Aos amigos da Graduação, anjos enviados por Deus para nos manter de pé quando o cansaço pedia para interromper a caminhada.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

À minha princesinha Millena, em quem minha história continua...

## Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar como o periódico Correio da Lavoura acompanhou a revolução de 30 em Nova Iguaçu, período do auge da cultura e exportação de laranjas no município, suporte da economia e base da classe política que empreendeu a revolução localmente.

Palavras-chave: Revolução de 30 –Nova Iguaçu – Correio da Lavoura

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPITULO I A revolução de 1930 na historiografia.....	4
CAPITULO II Economia e sociedade iguaçuana nos anos 30 .....	14
CAPITULO III Revolução em Nova Iguaçu .....	24
CONCLUSÃO.....	34
BIBLIOGRAFIA.....	35
ANEXO.....	37

## INTRODUÇÃO

Os acontecimentos políticos, culturais e econômicos ocorridos no decurso da década de 1920 antecederam movimentos revolucionários que desencadearam a Revolução de 1930, considerada pela historiografia como um dos eventos mais importantes do século XX e um divisor de águas na história do Brasil que marcou o fim da República Velha e o início da República Nova. A Revolução de 1930 no contexto nacional foi o pano de fundo para a abordagem da Revolução na Baixada Fluminense, mais precisamente no município de Nova Iguaçu. O tema será tratado a partir da leitura do *Correio da Lavoura*, o mais antigo jornal iguaçuano, ainda em circulação.

A revolução de 30 é um tema amplamente discutido pela historiografia e objeto de pesquisa para novas produções, todavia há uma lacuna a ser preenchida, haja vista que esta mesma historiografia não fala do que ocorreu especificamente em Nova Iguaçu. Justifica-se então uma pesquisa sobre o assunto, contribuindo assim, para a produção de novos trabalhos acadêmicos. A ideia aqui é apresentar de forma panorâmica os eventos que se seguiram com a revolução de 30 dentro do município

O trabalho compõe-se de três capítulos. No primeiro será feita uma breve abordagem da historiografia que tem por objeto a Revolução de 30, ressaltando a situação política no Brasil no final dos anos 20, período marcado pela hegemonia de São Paulo e Minas Gerais no comando do país e as diferentes interpretações para o evento que marcou o início da Era Vargas.

O segundo capítulo refere-se à história do município; ainda que de forma panorâmica buscar-se-á mostrar o desenvolvimento econômico e social do município de Iguaçu, historicamente definido por três ciclos que se sucederam ao longo dos anos, todos atrelados à vocação agrícola: cana-de-açúcar, café e laranja, sendo que o terceiro e último foi também o mais importante, pois projetou Nova Iguaçu como a terra da laranja. Conhecer um pouco da economia e da sociedade “Iguassuana” nos ajuda a entender o processo de desenvolvimento econômico e demográfico desta terra.

Utilizamos a ideia de ciclo econômico para trabalhar com a história de Nova Iguaçu, pois a historiografia lida trabalha desta forma. Uma forma de pensar a história do Brasil, Caio Prado Junior, de formação marxista, interpretou o processo histórico brasileiro por meio da organização da estrutura produtiva dos produtos que sustentaram a economia brasileira, foi utilizada pelos autores que trabalharam com o



desenvolvimento econômico do município, principalmente quando alternam períodos de prosperidade e declínio, que se seguiram, um após o outro, sustentando a economia e determinado poder.

O terceiro capítulo faz alusão ao evento da revolução de 30 no município. O principal fato abordado é a revolução no município pouco tempo depois de Vargas assumir a presidência do Brasil. Assim como Getúlio Vargas é referência da Revolução de 30 no Brasil, Getúlio de Moura foi o principal nome da revolução em Nova Iguaçu.

A bibliografia sobre Nova Iguaçu quase sempre parte do relato de sua origem, quando o território era habitado por índios jacutingas, que ocupavam as terras próximas ao Rio Iguaçu, de onde se originou o nome do município. A vocação agrária foi o suporte da economia iguaçuana, com destaque para o plantio e comercialização da laranja, embora não fosse a única cultura da região. O tráfego que se inicia por vias fluviais e depois por estradas, a partir de 1858 passa pela modernidade dos trilhos, com a inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro D. Pedro II (Estrada de Ferro Central do Brasil), cujas proximidades passam a ser ocupadas pelas pessoas que antes viviam próximo aos rios. Em consequência desse deslocamento ocorreu a mudança da do distrito-sede, de Maxambomba para Iguassú.

A bibliografia que faz esta narrativa não privilegia a história política do município, da mesma forma que a obras que se atem sobre a extensão territorial de Nova Iguaçu, esta modificada várias vezes, inicialmente com a incorporação de alguns distritos e a partir dos anos 40, com a emancipação de outros, a começar por Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti. Novas emancipações ocorreram na década de 90, com a criação dos municípios de Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita.

A bibliografia que ressalta o declínio da laranja ou economia em geral, da agricultura passando da citricultura para a industrialização, também não se preocupou em estudar os aspectos políticos privilegiando a dinâmica municipal.

Para a realização deste trabalho, além de livros, teses, dissertação, monografia e artigos, foi indispensável a leitura do jornal Correio da Lavoura, único periódico com acesso a pesquisa, e também por considerar que as informações eram veiculadas praticamente em tempo muito próximo aos acontecimentos que serão narrados aqui, tendo por base a período de 1928 a 1931. Mais do que uma fonte de pesquisa, a leitura foi também prazerosa e enriquecedora por proporcionar conhecimento diversificado, que vai desde as receitas culinárias, entretenimento e cuidados pessoais, até os assuntos mais relevantes, que se tornam objeto da historiografia. A Revolução de 30 em Nova

Iguaçu não seria descrita de forma tão peculiar por outra fonte, como o fez brilhantemente o Correio da Lavoura.

## CAPITULO I

### A revolução de 1930 na historiografia

No Brasil nos últimos anos da década de 1920 a alternância do poder contemplava basicamente os Estados de São Paulo e Minas Gerais, gerando descontentamento entre os demais Estados, e resultou num movimento de reação que ficou conhecido como a Revolução de 1930, pondo fim à República Velha e inaugurando a República Nova. Entravam em evidência novos atores políticos, marcando seus nomes na história brasileira.

Para melhor compreensão de 1930, convém lembrar, ainda que resumidamente, alguns fatos que contribuíram para que o país vivesse a experiência revolucionária que marcaria a mudança na República. A década de 1920 foi marcada por transformações culturais, políticas e econômicas; o país passava por um momento de crise. A economia sofreu instabilidade em função da queda dos preços do café, depois passou por um período de crescimento devido à diversificação da agricultura e desenvolvimento das atividades industriais.

A política dos governadores criada pelo presidente Campos Sales, garantia estabilidade política, através da troca de favores, na qual o presidente não interferia nas questões dos estados e em compensação, tinha o apoio político dos governadores, que não faziam oposição ao presidente da república. Esse acordo era garantido pelo coronelismo: os coroneis controlavam a massa de eleitores, a população ganhava proteção e favores do coronel e este tinha o controle dos eleitores. Era o voto de cabresto, ou seja, os eleitores votavam nos candidatos escolhidos pelo coronel<sup>1</sup>. A sociedade da época era predominantemente rural e foi isso que facilitou a existência dessa prática política, que só terminaria com a chegada de Vargas ao poder.

A instabilidade de acordos acabou criando conflito em virtude da desigualdade entre os estados, pois alguns deles, considerados de primeira grandeza, tinham mais influência política do que os outros, os denominados de segunda grandeza. “*As disputas em torno da sucessão presidencial de 1922, que abririam espaço para a formação da*

---

<sup>1</sup>Coronel era a designação dada ao proprietário rural, com uma base local de poder. O coronelismo representou uma relação conhecida como clientelismo, na qual o “coronel” controlava os eleitores, em sua área de influência, em troca de favores, que poderiam ser bens materiais ou empregos, por exemplo. FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. 2002. p. 149

*Reação Republicana, podem ser tomadas como indicadores do esgotamento do modelo político vigente na Primeira República.” (FERREIRA e PINTO, 2003, p. 4)*

A Primeira República foi marcada pela política do “café com leite” que consistia no revezamento entre São Paulo e Minas Gerais pela Presidência da República. O poder político se concentrava nas mãos das oligarquias ligadas ao café, o principal produto de exportação e base da economia brasileira.

A respeito da política do “café com leite”, encontramos em Boris Fausto (2002) uma observação importante: embora a Primeira República tenha se tornado conhecida, no senso comum, como a época do “café com leite”, vale lembrar que uma aliança entre São Paulo (produtor de café) e Minas Gerais (produtor de leite) comandou a política nacional por um período, mas havia uma relação entre o governo federal com pelo menos três Estados: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, considerados de primeira grandeza. É necessário verificar mais atentamente como era a relação entre a União e esses três Estados. São Paulo se destacava economicamente com a força do café, mas precisava contar com o apoio do governo federal no sentido de adotar medidas políticas que garantissem a valorização do café.

Minas Gerais tinha uma relação diferente, pois sua economia se dividia entre o café, o gado e, de algum modo, a indústria. Diferentemente de São Paulo, a influência mineira era no campo político na medida em que tinha a maior bancada na Câmara dos Deputados e controlava o acesso a muitos cargos políticos federais, o que lhe rendeu o privilégio de ter aproximadamente 40% das novas ferrovias federais concentradas em terras mineiras ao longo da década de 1920.

Quanto ao Rio Grande do Sul o destaque acontece na esfera militar, sem que houvesse necessariamente uma identificação com o Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Dada a importância do setor militar, os gaúchos de melhor nível social foram incentivados a seguir carreira, o que explica a contribuição do Estado com o maior número de Ministros da Guerra na Primeira República. (FAUSTO, 2002)

Não houve consenso para a indicação do candidato à vice em 1922 e a resposta da oposição foi através da Reação Republicana. Para a sucessão de Epitácio Pessoa, Minas e São Paulo escolheram Arthur Bernardes; a escolha gerou discordância entre os grupos dominantes. Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul dão início à Reação Republicana, com o lançamento de Nilo Peçanha à presidência da República. A vitória de Arthur Bernardes não foi reconhecida pela oposição; intensificaram-se as manifestações contra o governo.

Em 05 de julho de 1922 ocorreu um levante militar que ficou conhecido como *Dezoito do Forte de Copacabana* e marcou a estreia dos *tenentes* no cenário nacional. O movimento ficou conhecido como tenentismo<sup>2</sup> porque foi liderado por jovens oficiais do Exército (tenentes e capitães), insatisfeitos com os rumos da política brasileira.

O primeiro movimento fracassou. Dois anos depois, em 05 de julho de 1924, eclodiu em São Paulo novo movimento, melhor organizado, com objetivo de derrubar o governo de Arthur Bernardes; ocorreram várias batalhas entre os revolucionários e as tropas do governo. Os tenentes retiraram-se para o interior de São Paulo e depois em direção ao Paraná, onde se reuniram com o grupo gaúcho liderado por Luis Carlos Prestes.

“Do encontro dos revolucionários paulistas e gaúchos nasceu, em abril de 1925, a Coluna Prestes-Miguel Costa, sem dúvida a façanha mais arrojada do tenentismo, que colocou o movimento em contato com um “mundo submerso” na história brasileira, cujas erupções explosivas apareciam, aqui e ali, em episódios como os de Canudos e do Contestado” (FAUSTO, 2010, p. 84)

A Coluna percorreu vários estados do Brasil, em campanha contra o governo do presidente Arthur Bernardes. “*A marcha se destinava a manter vivo o facho da revolução, isto é, visava a realizar um protesto heroico, com os olhos voltados para o meio de onde provinha – os centros urbanos.*” (FAUSTO, 2010, p. 84)

Embora existam diferentes correntes para explicar o movimento tenentista, há consenso quanto à importância dos militares no processo de mudança da política brasileira. No entanto, pouco tempo depois o Brasil vivia novo processo sucessório e no final da década de 1920 mais uma vez houve quebra da política de revezamento. Para a eleição de 1930, São Paulo lançaria Julio Prestes como candidato da situação. Minas Gerais alia-se ao Rio Grande do Sul e Paraíba, lança o gaúcho Getúlio Vargas e o paraibano João Pessoa à presidência e vice-presidência respectivamente. Surge, assim, a Aliança Liberal, formada pelas oligarquias dissidentes, tenentes e classe média. Boris Fausto esclarece que a insistência de Washington Luís na questão da escolha do seu sucessor abriu caminho para a formação da Aliança Liberal.

---

<sup>2</sup> “O tenentismo foi um movimento político-militar que pretendia conquistar o poder e fazer, pela luta armada, reformas na sociedade. Os tenentes pregavam a moralização da administração pública e o fim da corrupção eleitoral. Queriam o fim do voto de cabresto e a criação de uma justiça eleitoral autônoma e honesta. Defendiam um nacionalismo econômico e uma reforma na educação pública para que o ensino se universalizasse para todos os brasileiros.” COTRIM, Gilberto. História Global – Brasil e Geral – Vol. Único – 5ª Ed. 3ª Tiragem. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 384

Ao lado da crise política houve uma crise econômica mundial, provocada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York em outubro de 1929, atingindo gravemente a economia brasileira. Além da queda dos preços do café nos mercados internacionais, houve queima do café, numa tentativa de manter os preços elevados; ocorreu falência de inúmeras fábricas e desemprego em massa.

Julio Prestes venceu a eleição realizada em março de 1930, porém o resultado não foi aceito pelos integrantes da Aliança Liberal, que alegaram fraudes. Outro acontecimento que impulsionou a crise política foi o assassinato de João Pessoa<sup>3</sup>, em julho do mesmo ano. No dia 3 de outubro de 1930 foi deflagrada a revolução em Minas Gerais e Rio Grande do Sul e depois se alastrou pelo Nordeste. Oficiais militares depuseram o presidente Washington Luís, formaram uma Junta Militar para governar o país; o intuito de permanecer no poder não obteve êxito devido à pressão das manifestações populares. Com a chegada dos revolucionários à Capital Federal o governo foi entregue a Getúlio Vargas, cuja posse na presidência da República ocorreu em novembro de 1930. Com a Revolução de 1930 começou o período que ficou conhecido como a Era Vargas.

A historiografia mostra que a década de 1930 é um divisor de águas na história do Brasil, tomando por base as transformações políticas e econômicas ocorridas no período, bem como a ascendência social de novo grupo que passaria a gerir a política nacional. Apesar da relevância do assunto, não é correto dizer que haja unanimidade na interpretação, uma vez que vários autores interpretam o acontecimento sob diferentes prismas, pautados em estudos e pesquisas realizadas.

Angela de Castro Gomes entende que a revolução de 30 representa um marco de ruptura revolucionária na história do Brasil, que dá legitimidade ao uso da força; o fato político estava associado a uma proposta de ordem. Não foi apenas um fato político, mas também uma renovação histórica. A revolução de 30 dá origem ao que seria, poucos anos depois, a “moderna política nacional” do Estado Novo inaugurado por Getúlio Vargas. A revolução seria vista como a libertação da Primeira República e tornaria consciente o que antes era subconsciente na nação. Era o rompimento com o modelo liberal adotado a partir da proclamação da República e o resgate dos valores

---

<sup>3</sup> O crime misturava razões políticas locais e passionais. Mas os derrotados na eleição para presidente transformaram o episódio em questão nacional e deflagraram uma revolução. VAINFAS e outros, 2010, p. 584

nacionais. Segundo a autora, a revolução foi um processo iniciado em 1930 e só seria concluído em 1937, com a verdadeira substituição do regime.

Sem dúvida, a Revolução de 1930 foi um marco na história do Brasil, embora interpretada sob prismas distintos. O trabalho de Boris Fausto, escrito em 1970, tornou-se referência sobre o assunto. Em “*Revolução de 1930: história e historiografia*” o autor tem o objetivo de analisar as explicações que havia àquela época a respeito do movimento político-militar. Ele vai tecer suas considerações a partir de duas correntes explicativas representadas por Virgínio Santa Rosa, autor de *O Sentido do Tenentismo* (1933) e Nelson Werneck Sodré, autor dos livros: *Formação Histórica do Brasil* (1963) e *História da Burguesia Brasileira* (1964), respectivamente.

De acordo com a primeira linha de interpretação, defendida por Santa Rosa, havia divergência entre as classes médias e grandes fazendeiros produtores de café na Primeira República, o que caracterizava o movimento como a Revolução das classes médias. Os “tenentes” foram considerados como representantes da classe média contra as oligarquias. Fausto busca em *O sentido do tenentismo* as definições de pequena burguesia (formada por funcionários, empregados do comércio e o proletariado urbano e rural) e de burguesia nacional (formada por industriais, comerciantes e fazendeiros do café), para melhor entendimento da revolução como conflito entre a pequena burguesia e a burguesia nacional.

Algumas reivindicações como a defesa do voto secreto, das liberdades individuais e o nacionalismo aproximaram os tenentes e a pequena burguesia. No entanto, nos anos que se seguiram, alguns setores da pequena burguesia se aproximam da esquerda ou do integralismo e o movimento tenentista ficou enfraquecido.

Para uma segunda linha de interpretação, a Revolução de 30 foi uma revolução burguesa industrial, partindo da hipótese de que a sociedade brasileira era composta de dois setores distintos, um agrário (pré-capitalista) e outro urbano (capitalista). O primeiro, localizado no campo, representado pelo latifúndio e o segundo, representado pela burguesia nacional. Esta é a corrente explicativa de Nelson Werneck Sodré, baseada no modelo do comunismo internacional e tendo a Revolução Chinesa (1925-1927) como exemplo. A Revolução seria, portanto, da burguesia capitalista contra as oligarquias, com objetivo de criar as condições para expandir o capitalismo no Brasil (FAUSTO, 2010).

Com relação à primeira interpretação, Fausto entende que a cisão teve divergências mais profundas, como questões econômicas; “o autor mostra que a

*burguesia industrial não oferecia qualquer programa voltado para o desenvolvimento da industrialização como alternativa a um sistema cujo eixo básico era os interesses cafeeiro*". (FERREIRA e PINTO, 2003, p.15) De acordo com Fausto, na década de 1920 não havia uma definição clara do que realmente eram as classes médias

“Ao utilizar a expressão classes médias, temos presente a dificuldade em conceituá-las e estabelecer seus limites. Nesta discussão o conceito é empregado como sinônimo de “classes médias urbanas” (...) é impossível estabelecer diferenças para a década de 1920, entre a pequena e a média burguesia, a menção a elas é indiscriminada, usando-se com o mesmo sentido as expressões “classes médias“ e “pequenas burguesias” (FAUSTO, 2010, p.76-77)

O conceito de classes médias se refere à população civil urbana (trabalhadores autônomos, pequenos empresários e comerciantes, funcionários públicos, empregados no comércio, profissionais liberais) e não inclui os membros das Forças Armadas, já que pertencem à categoria de funcionários públicos militares.

A respeito da segunda teoria, conforme Ferreira e Pinto,

“Os principais argumentos utilizados por Fausto para contestá-la relacionam-se às características ideológicas do tenentismo nos anos 1920, nas quais o elitismo e a centralização apareceriam como traços fortes, à heterogeneidade da origem social dos tenentes e às características dos próprios setores médios no período, vistos pelo autor como uma força subordinada, cujo inconformismo se adaptava às cisões da classe dominante.“ (FERREIRA e PINTO, 2013, p.15)

Fausto entende que não existe conflito entre classes dominantes no segundo modelo; não se pode afirmar que a Revolução de 30 decorre do antagonismo da burguesia. Ele recorre ao recenseamento de 1920 e através dos dados expressos em números mostra que, apesar do processo de industrialização instalado no país, as indústrias que compunham a infraestrutura, como a siderurgia e a mecânica pesada ainda não eram tão expressivas e que as atividades agrícolas ainda eram fundamentais nos anos vinte.

Para Boris Fausto, a Revolução de 30 foi resultado de conflitos dentro da própria oligarquia; foi uma revolução intra-oligárquica com apoio dos movimentos militares inconformados com os rumos da política e que queriam por fim à supremacia da burguesia cafeeira. Porém, *“em virtude da incapacidade das demais frações de classe para assumir o poder de maneira exclusiva, e com o colapso da burguesia do café, abriu-se um vazio de poder, que teria gerado o Estado de compromisso.”*<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Entrevista com Boris Fausto, disponível em <http://cpdoc.fgv.br/revolucao1930/ecos> Acesso em 01/10/2014



Utilizando uma ideia anteriormente citada por Francisco Weffort para descrever o Estado de compromisso, Fausto esclarece que

“Nenhum dos grupos participantes pode oferecer ao Estado as bases de sua legitimidade: as classes médias porque não têm autonomia frente aos interesses tradicionais em geral, os interesses do café porque diminuídos em sua força e representatividade política (...). Em tais condições, instala-se um compromisso entre as várias facções pelo qual “aqueles que controlam as funções de governo já não representam de modo direto os grupos sociais que exercem sua hegemonia sobre alguns dos setores básicos da economia e da sociedade.” (FAUSTO, 2010, p.136)

É o Exército que garante a existência do Estado de compromisso e este tem como característica um Estado mais centralizador e intervencionista. Fausto conclui afirmando que a Revolução de 30 representou o fim da hegemonia da burguesia cafeeira, mas sem que ela tenha sido substituída por uma classe média ou industrial.

Nos anos 80 surge um novo debate sobre a revolução de 1930, e este pretende mostrar a outra face do movimento revolucionário. Edgar Salvadori de Decca contrapõe a ideia de Boris Fausto e dá sua contribuição ao debate historiográfico; desqualifica o evento de 1930, pois entende que houve um golpe da burguesia contra o movimento operário.

“a preocupação em torno de temas que estabeleçam um verdadeiro cerco no âmbito da produção historiográfica, como elementos legitimadores das pesquisas em curso. Revolução de trinta, o tema da industrialização e o tema da revolução burguesa atravessavam e atravessam ainda o universo no qual o exercício intelectual se realiza.” (FAUSTO, 2010, p. 40)

Em seu livro *1930 - O Silêncio dos Vencidos: Memória, história e revolução*, De Decca se propõe questionar a produção acadêmica sobre os últimos anos da década de 1920 e a década de 1930; ele utiliza os conceitos de Marx sobre luta de classes para justificar seu ponto de vista; questiona a Revolução como registro de memória histórica utilizado pelos discursos políticos de poder para dissimular a luta de classes e legitimar a visão dos vencedores como história oficial. Ele entende que era um exercício de dominação muito utilizado na década de 1920. Esse discurso produz uma memória histórica de oposições, como economia agro-exportadora x industrialização, liberalismo x autoritarismo etc. Nesse dualismo o discurso dos dominantes representa a ideia de Nação-sujeito em substituição a Nação-objeto, pois o primeiro conceito é legitimado pela revolução e permite ocultar a figura dos vencidos. É esta visão difundida pelas elites que De Decca despreza; ele lança um novo olhar sobre a história, a partir da ótica dos trabalhadores, que já demonstravam o desejo e a possibilidade de revolução na década de 1920, apesar de não ter-se concretizado.

A memória histórica da revolução não se limita à esfera política, pressupõe antes uma luta de classes, e, portanto, pertence ao movimento da ideologia. O autor cita Marilena Chauí, quando ela afirma que o discurso da ideologia é usado para ocultar “o conflito, a dominação, a presença do ponto de vista particular, enquanto particular, fazendo com que este tenha a aparência de ponto de vista universal” Assim é que ao usar o termo revolução, o poder dominante consegue ocultar o processo da luta de classes e estabelecer um marco histórico em antes e depois da revolução. Não se pode omitir o fato de que as classes sociais aparecem na história “produzindo e sendo produzidas na própria instituição do social”. Para o autor, é necessário periodizar a história, pois vários fatos aconteceram, muitas propostas políticas produziram lutas de classes e também resultados que, no entanto, foram ocultadas pelos que produziram a memória da revolução, pois estes usaram como estratégia relativizar os fatos que não interessavam aos dominantes e ao mesmo tempo, enfatizar os que fossem favoráveis.

O autor toma como ponto de partida o ano de 1928 e inicia a análise das propostas políticas que deram à luta de classes um caráter de revolução democrático-burguesa, essa análise o leva a fazer algumas observações: Primeiro, observar o que a proposta política de revolução democrático-burguesa produziu na história. Segundo, justificar a análise a respeito da classe operária em São Paulo, existente em 1928 e capaz de conduzir uma revolução democrático-burguesa. Terceiro, justificar a razão da escolha de 1928 como objeto de análise da revolução porque naquele momento havia união dos grupos políticos em torno de um *acordo tácito*, através o qual a luta de classes tinha como direcionamento político dois pontos principais: a luta contra a oligarquia e a aceitação de Luis Carlos Prestes como líder da oposição.

Em fevereiro de 1928 foi criado o Bloco Operário e Camponês (BOC), que logo se expandiu pelo país, principalmente em São Paulo, incentivando a organização sindical e reivindicação de direitos sociais e políticos por parte dos operários. O Partido Democrático, os tenentes e o BOC eram as forças políticas e revolucionárias que atuavam em São Paulo no ano de 1928, todos contra o inimigo comum, a oligarquia. O autor considera que destes, o BOC era o único com legitimidade para representar a classe operária, apesar de ter sido considerado pela historiografia como um simples braço político do Partido Comunista Brasileiro. De Decca explica que a importância da atuação do BOC em São Paulo foi devido à existência de grande quantidade de operários e à luta parlamentar que crescia entre a militância do Partido Democrático no Estado. É o estilo de luta empreendido pelo BOC que a definiu como luta contra o

domínio oligárquico e foi capaz de produzir os verdadeiros revolucionários, capazes de sustentarem a luta contra a dominação exercida pelos grandes proprietários.

A memória produzida pelos vencedores sobre a Revolução de 1930 tende a perpetuar esta como a derrota do fantasma da oligarquia e ocultar a luta de classes que acontecia no país, principalmente em 1928. Para entender verdadeiramente o episódio de 1930 é preciso desconstruir a memória histórica dos vencedores como os vitoriosos da história contra a oligarquia, os inimigos da revolução, cuja destruição foi tão somente uma “lógica da situação”; é preciso reavaliar o papel dos perdedores muito além do que se constitui como memória histórica, que classificam em categorias opostas os atores da revolução: de um lado os revolucionários, que jogaram a favor da história e de outro, as oligarquias, que jogaram contra.

O autor aponta como equívocos irreparáveis as análises que se fazem a respeito das classes sociais que não fizeram a revolução. A aceitação da revolução como fato é um equívoco porque este é o discurso ou a memória construída pelos vencedores; ignorar o movimento operário e o Bloco Operário Camponês e sua contribuição para a revolução contra as oligarquias; e ainda, desconhecer que *“a burguesia industrial não poderia ter produzido a revolução de trinta, pois na luta política do período a construção dessa ideia de revolução passava por fora dessa fração de classe.”* (DE DECCA, 2004, p.109)

Reportando-se à forma como é produzida a historiografia, De Decca observa que a prática comum que seja carregada de grandes personagens, sejam eles oligárquicos ou revolucionários, é uma estratégia para criar a impressão de que a história é feita por “heróis” e não pela classe operária.

Por fim, feitas as críticas a respeito da visão construída sobre a revolução, o autor sugere que se faça uma pesquisa mais detalhada da burguesia industrial e a revolução de trinta, não de acordo com a história que foi oficializada pelos vencedores, mas sob a ótica da imparcialidade, e então tentar entender como se deu a prática política dos industriais no processo. É importante encontrar nas lacunas da história a explicação de detalhes que podem fazer toda diferença na compreensão dos fatos que culminaram na revolução.

Esse panorama historiográfico acerca da revolução de 1930 foi feito para mostrar que é um evento importante da História do Brasil e com muitas interpretações. Como evento mudou a política brasileira ao estabelecer uma nova forma de governo no país, entretanto essa mesma historiografia que se debate sobre as muitas interpretações

do fato que mudou politicamente a país, o analisa como se o seu impacto fosse igual em todo território nacional, ainda que não estude todos os lugares brasileiros.

Essa mesma historiografia que ratifica a importância da revolução de 1930 no Brasil não cita uma linha sobre a atuação do município de Nova Iguaçu no evento. Através de sua população é possível analisar o que foi a revolução de 30 no município, mostrar como seus habitantes acompanharam, posicionaram-se e qual o impacto do evento na política local.

## CAPITULO II

### Economia e sociedade iguaçuana nos anos 30

Como se observou no capítulo anterior, a Primeira República foi marcada pela alternância de poder entre as principais oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, maiores produtores de café e de leite, razão pela qual essa alternância ficou conhecida como política do “café-com-leite”. Mas nem só de “café-com-leite” se sustentava a economia brasileira, pois num país tão grande e com solo bastante fértil, outras culturas também se desenvolviam, gerando riqueza para seus produtores. Um exemplo é a cultura da laranja, o terceiro e mais importante ciclo econômico de Nova Iguaçu

“A laranja aparece nas pautas das exportações desde o ano de 1891, mas o período áureo da citricultura em Nova Iguaçu foi o da década dos anos trinta (1930-1939). Nos terrenos enxutos onde, anteriormente, a cana-de-açúcar pontificou, a laranja foi plantada. Nos terrenos de água parada, foram as olarias que entraram em atividade, em razão do barro de boa plasticidade. De 1930 a 1940, Nova Iguaçu foi chamada de Cidade Perfume, pois as laranjeiras em floração perfumavam todo o roteiro das ferrovias” (INEPAC, 2014).

A história econômica de Nova Iguaçu se divide em três ciclos econômicos: o ciclo da cana, o ciclo do café, o ciclo da laranja e a cada um desses, por sua vez, também segue um ciclo de existência: início, apogeu, decadência. É através da história econômica que percebemos como se processou o desenvolvimento da sociedade “iguassuana”, desde o início da colonização até os áureos tempos dos laranjais.

“As três etapas econômicas de Iguaçu (...) marcam, ao mesmo tempo, o seu desenvolvimento social, principalmente quanto à expansão demográfica. (...) E assim como a cana-de-açúcar teve o apoio dos rios, e o café o das estradas, a laranja teve os trilhos férreos... Laranjais substituíam antigos cafezais e canaviais; laranjeiros substituíam barões e oficiais da Guarda Nacional; bangalôs e barracões de beneficiamento de frutos substituíam casas de fazenda e senzalas. (...) Era uma cidade que despontava e, como tal, atraía e acolhia sem nenhuma restrição qualquer estranho, sem mesmo indagar de seus propósitos.” (PEREIRA, 1977, VII – IX)

A citricultura no município nasceu da necessidade de encontrar um novo produto que ocupasse o lugar deixado pelo café nas exportações. “A produção da laranja aparece como uma opção político-econômica do governo estadual que encontra em Nova Iguaçu os elementos ecológicos e socioeconômicos propícios para esta produção” (PEREIRA, 1977, p. 7). As culturas da cana-de-açúcar e do café não só empobreceram o solo como também devastaram as matas responsáveis pela manutenção de muitos rios, que diminuiriam seu volume de água ou desapareceram completamente, ao mesmo tempo em que essas culturas iam se afastando para outras localidades: a cana-

de-açúcar para o município de Campos e o café para os estados de São Paulo e Paraná. Outros produtos como feijão, milho, mandioca, arroz e banana eram cultivados, mas só atendiam ao mercado interno.

A cultura da laranja não era novidade, já existia em chácaras e pomares das fazendas; era conhecida como “pomo de ouro”; considerada de pouco valor, em época de produção farta, servia para alimentar animais. Foi Nilo Peçanha quem fomentou o comércio da laranja, promovendo política tributária que viabilizasse a exportação, bem como os devidos cuidados necessários à conservação e transporte da fruta. Suas ações se deram em âmbito estadual, quando governador, e federal, quando presidente da República. Ele promoveu a recuperação da Baixada e encarregou o engenheiro Moraes Rego como responsável pelos trabalhos de drenagem “nas regiões pantanosas da Baixada da Guanabara”, com a limpeza dos rios Iguazu, Sarapuí, Inhomirim e Pilar. A realização desses trabalhos possibilitou a expansão da citricultura em Iguazu.

Waldick Pereira (1977) entende o clima, o relevo e a qualidade do solo como fatores ecológicos; o tradicionalismo rural das famílias, o aproveitamento de terras improdutivas, a estrada de ferro, a proximidade com os grandes centros consumidores e exportadores e também o apoio do governo à produção e exportação, como fatores socioeconômicos; o conjunto desses fatores resultava na produção de frutos de excelente sabor e aparência, características de vital importância para o ciclo econômico da laranja no município.

“A laranja revolucionou a estrutura social de Nova Iguaçu sem mudar suas características rurais. O fenômeno social nascido nos laranjais conservou, por muito tempo, sua autonomia, sua independência política marcada pela influência econômica dos laranjeiros que constituíam uma classe sucedânea à dos barões da cana e do café.” (PEREIRA, 1977. p. 118)

Mas os produtores e exportadores enfrentavam problemas com transportes, impostos e aquisição de maquinaria, entre outros; era preciso criar uma associação para resolver as questões que surgissem, porém não havia consenso entre eles. Em agosto de 1923 foi criado o Sindicato Agrícola de Iguaçu, com a seguinte diretoria provisória: Sebastião Herculano de Matos (presidente), José Lopes de Castro e João Barbosa Ribeiro, secretários. No ano seguinte o Sindicato passa a se chamar Associação dos Fruticultores de Nova Iguaçu. Em 1929 o Presidente Washington Luís e o Ministro da Agricultura compareceram a Nova Iguaçu, a convite da Associação, para debater problemas relativos à citricultura no município. O episódio confirmou o prestígio dos

“laranjeiros”, a nova elite social de Iguaçu, e os políticos também aproveitaram para se promoverem perante o Presidente da República.

O apoio à cultura de frutas teve início com Nilo Peçanha e só depois o município, através do poder legislativo, tomou medidas nesse sentido. A partir da Resolução nº 146, de 07 de julho de 1924, que instituiu o valor tributário sobre a exportação (dois reis por quilo de laranja), quando parte dos impostos recolhidos passa a ser revertido para Nova Iguaçu, o município se torna reconhecido como importante gerador da economia do Estado.

No ano de 1926, a exportação de laranjas atingiu a marca de 149.750 caixas, em ritmo crescente ano a ano, até chegar em 1931, à surpreendente marca de 1.236.031 caixas, o que equivale aproximadamente a 247.290.600 laranjas. Desse total exportado, 687.900 saíram dos laranjais de Iguaçu. No ano seguinte Nova Iguaçu exportou 46 milhões de frutos para o Rio da Prata, 10 milhões para a Europa e ainda enviava parte da produção para o Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 1927 a plantação de laranjas no município ocupava cerca de 950 alqueires; o Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola contava em seu cadastro 885 citricultores, divididos por regiões na seguinte proporção, conforme dados da Diretoria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro sobre as Propriedades agrícolas de 1927:

LOCALIDADES	PRODUTORES	CAIXAS
Nova Iguaçu	330	1.363.174
Nilópolis	25	55.700
Mesquita	145	352.560
Austin	76	289.510
Cabuçu	125	349.570
Queimados	59	125.620
Belford Roxo	23	54.370
Morro Agudo	163	689.150

Fonte: PEREIRA, 1977, p. 125

Dentre os maiores produtores estavam a Sociedade Anônima Normândia, ou Fazendas Reunidas Normândia, localizada em Cabuçu, com 82 mil laranjeiras, e Antonio Oliveira e Irmãos, em Nova Iguaçu, com 75 mil.

Como nos ciclos anteriores, também foi com a citricultura proporcionou riqueza e títulos aos plantadores e impulsionou o crescimento do município. Para o *Correio da Lavoura*, importante jornal iguaçuano que circula até hoje, “a riqueza que

vem da laranja” era sempre notícia de destaque, em razão de sua importância para a economia do município. Uma das preocupações apontadas no periódico era sobre o cuidado que se devia ter com a colheita do fruto: devia ser colhido perfeitamente maduro para que fossem preservados o sabor e a coloração, pois o fruto colhido verde acabava ficando com aspecto pálido, podendo provocar queda na comercialização. (Correio da Lavoura, 28/03/1929).

Em 1930, a Fazenda Heliópolis, de propriedade da firma Farrula & Cia, possuía 100 mil laranjeiras. Em 1931 foi criada a Vara Criminal na comarca de Iguaçú, e elevada a 2ª entrância<sup>5</sup>. Surgiram as residências no centro da cidade; os laranjais passaram a ocupar também as partes baixas do município. A citricultura se expandia e com ela surgiam muitos bairros. Fazendas decadentes e terras improdutivas foram transformadas em laranjais; houve valorização da terra.

“Nenhuma atividade agrícola apresentou aumento tão notável quanto o cultivo da laranja, que encontrou na Baixada Fluminense clima, solo e relevo favoráveis à expansão da produção. Nova Iguaçú era, de longe, o maior produtor do estado. A proximidade do Distrito Federal, importante centro consumidor, e a facilidade do escoamento da produção também concorreram para o crescimento desta lavoura durante toda a década de 1930.” (LAMARÃO, 2009, p. 60)

Como foi dito anteriormente, em 1929 Washington Luís veio ao município para debater os problemas da citricultura, mas o presidente foi deposto<sup>6</sup> e os produtores não conseguiram obter ajuda do governo federal. A única alternativa seria recomeçar a campanha a fim sensibilizar o novo presidente, Getúlio Vargas, e assim o fizeram. Mais uma vez

“Foi a diretoria da Associação dos Fruticultores de Iguaçú que, em repetidos apelos ao governo estadual, ao Ministério da agricultura e, por fim, à Presidência da República, no interesse de resolver problemas atinentes à citricultura, conseguiu a vinda de Getúlio Vargas. Imediatamente, a política municipal viu a possibilidade de se apresentar como anfitriã de tão ilustre visitante, apressando inaugurações de obras públicas, cuidando do protocolo da recepção, melhorando o aspecto de certas ruas e se esmerando em discursos e homenagens” (PEREIRA, 1977, p.136)

Em junho de 1931, Getúlio Vargas chegou à Nova Iguaçú, onde foi recebido pelo prefeito Arruda Negreiros e comitiva: deputado Manoel Reis, Dr. Torres Filho e

---

<sup>5</sup> Comarca de 2ª entrância é aquela que tem população mínima de setenta mil habitantes ou vinte mil eleitores, conforme dispõe o art. 12 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro

<sup>6</sup> “No dia 24 de outubro oficiais graduados das Forças Armadas no Distrito Federal depuseram o presidente (...). Em 3 de novembro, o poder foi entregue, após certa relutância por parte dos membros da junta, a Getúlio Vargas, comandante das forças revolucionárias. Enquanto isso, Washington Luís rumava para o exílio.” Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/node/1896> Acesso em 01/11/2014



Dr. Mario Carneiro<sup>7</sup>. Da pauta de compromissos no município constaram: o lançamento da pedra fundamental do Hospital de Iguazu, inauguração da Rua Getúlio Vargas e do “*Packing House*” (Unidade de beneficiamento, onde as frutas eram recebidas, selecionadas, inspecionadas e preparadas para serem comercializadas). O presidente da República baixou o Decreto nº 29.157, de 30 de junho de 1931, criando oficialmente o *Packing House* que inaugurara dias antes. A multiplicação foi rápida, tanto que Nova Iguazu contava com 24 *Packing houses* em funcionamento até o ano de 1935.

A respeito da importância econômica proveniente dos “pomos de ouro”, vemos em Lamarão (2009) que “em 1934, a laranja representava a principal fonte de arrecadação do Tesouro estadual”, todavia, a década de 30 foi um período de efervescência política e econômica, cujas consequências afetariam o futuro da produção do fruto.

Até anos 30 a governabilidade do país ainda era garantida pela Política dos Governadores, implantada pelo presidente Campos Sales, em 1898 e que consistia num acordo entre o governo federal e os governos estaduais. Apesar de vantajosa para ambas as partes, essa prática política já se mostrava debilitada, desde 1922, quando houve a disputa à presidência da República entre Nilo Peçanha e Arthur Bernardes, com a vitória deste.

Nilo Peçanha governou o Estado do Rio de Janeiro pela primeira vez no período entre 31 de dezembro de 1903 a 1º de novembro de 1906, e, no segundo mandato, no período de 31 de dezembro de 1914 a 07 de maio de 1917. Exerceu forte influência na política fluminense e seus seguidores ficaram conhecidos como nilistas. Nilo Peçanha ajudou Manuel Duarte na eleição para deputado estadual em 1924, pelo Partido Republicano Fluminense (PRF), o mesmo partido pelo qual foi eleito ao governo estadual.

O Estado entrou na década de 30 sob a administração de Manuel Duarte, cujo mandato começara em dezembro de 1927. Duarte foi deposto pela Revolução de 1930 e em seu lugar foi nomeado como interventor o Tenente-Coronel Demócrito Barbosa. O Estado do Rio de Janeiro foi administrado, no período de outubro de 1930 a novembro de 1935, por cinco interventores federais: Tenente-Coronel Demócrito Barbosa (24.10.1930 a 28.10.1930); Plínio de Castro Casado (28.10.1930 a 29.05.1931); General

---

<sup>7</sup> Torres Filho era diretor do Fomento Agrícola e chefe do “*Packing House*”; Mario Carneiro era encarregado do Ministério da Agricultura em Nova Iguazu (PEREIRA, 1977, p. 136)

João de Deus Mena Barreto (30.05.1931 a 04.11.1931); General Pantaleão da Silva Pessoa (04.11.1931 a 11.12.1931); Tenente Ari Parreiras (16.12.1931 a 07.11.1935)<sup>8</sup>.

“Durante a administração de Ari Parreiras, o estado do Rio de Janeiro encontrava-se em péssima situação financeira. O interventor procurou sanear as finanças, reduzindo despesas e fiscalizando a arrecadação e a aplicação das rendas públicas através da criação, em 1932, do Conselho Econômico do estado. Com o mesmo objetivo, reduziu as taxas de exportação (...). Construiu ainda muitas estradas de rodagem, além de instalar linhas regulares de ônibus entre Niterói e outros municípios.

Parreiras criou em 1933 o Departamento de Educação e Iniciação ao Trabalho, que substituiu a antiga Diretoria de Instrução Pública do estado do Rio. Reformou escolas velhas e construiu novas, além de criar o Conselho de Educação e estimular o ensino superior. Reformou vários hospitais e deu grande apoio à luta contra o tifo que grassava no estado, sobretudo em Angra dos Reis. Incentivou os municípios a criarem hospitais e escolas e a instalarem redes elétricas. Melhorou por fim as instalações da penitenciária do estado, criou a polícia técnica e reaparelhou o Diário Oficial” (FGV/CPDOC, Verbetes, 2014)

A movimentação agora se volta para a reorganização partidária e as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e para a Assembleia Constituinte Fluminense, quando são criadas agremiações como a União Progressista Fluminense (UPF), em fevereiro de 1933, e o Partido Popular Radical (PPR), em março do mesmo ano. A terceira força política do estado era o Partido Socialista Fluminense (PSF), fundado em dezembro de 1932. Os partidos concentravam-se na defesa de determinados assuntos: a UPF priorizava as questões sociais e o PPR as questões político-institucionais. Ao todo, 190 candidatos disputaram 17 cadeiras; o PPR sagrou-se como o maior partido político fluminense, elegendo 10 deputados; a UPF elegeu quatro. No ano seguinte os resultados se alteraram a favor da UPF. “*Os constituintes fluminenses teriam uma dupla responsabilidade: elaborar a nova carta estadual e eleger o governador, em substituição a Ari Parreiras, e dois senadores para o Congresso.*” Ari Parreiras não tomou parte nas eleições. A coligação PPR-PSF elegeu o almirante Protógenes Guimarães ao governo do estado, em novembro de 1934.

Os fatos ocorridos na esfera estadual vão refletir diretamente no município, pois ao mesmo tempo em que contribuiu para a economia do Estado, dele também foi dependente para alcançar os recursos que possibilitaram a expansão e o desenvolvimento. Como exemplo podemos citar a Secretaria de Agricultura e Trabalho, criada em agosto de 1931, e o Conselho Econômico do Estado, criado em março de 1932, encarregados de analisar os problemas econômicos do estado e propor possíveis soluções. (LAMARÃO, 2009, p. 47- 48).

---

<sup>8</sup> <http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/rj-governadores.pdf> Acesso em 01/11/2014

“Uma das principais e mais imediatas conseqüências do triunfo do movimento revolucionário de 1930 foi a intervenção decisiva do estado na esfera econômica. Essa mudança no papel no papel até então desempenhado pelo Estado guarda estreita relação com o impacto da crise econômica internacional, irrompida em 1929 e seguida de longa depressão, sobre a economia brasileira em seu conjunto.” (LAMARÃO, 2009, p. 41)

Conforme Pereira (1977), na fase áurea de expansão da citricultura em Nova Iguaçu surge um inimigo implacável que marcaria o início do declínio dos laranjais, atacados pela praga da “mosca do Mediterrâneo”. Em 1939, Nova Iguaçu ainda pode vivenciar “a maior produção de laranjas de sua história”. Pouco tempo depois, com o início da Segunda Guerra Mundial, a interrupção dos transportes marítimos foi a pá de cal no comércio internacional da laranja. O esforço para expandir o mercado nacional não foi suficiente para sustentar o poder ostentado pelos produtores, pois a crise econômica assolou o país, inclusive com escassez de alimentos. As terras outrora ocupadas pelos pomares foram transformadas em lotes, vendidos em prestações, numa tentativa de recuperar pelo menos parte do capital empregado pelos produtores. O outro fator, já mencionado, foi a proliferação da praga que atacou a plantação: após vinte e três anos, chega ao fim o embate entre o homem e a mosca. A década de 1940 marca o fim do mais importante ciclo econômico de Nova Iguaçu. O advento da Segunda Guerra Mundial paralisou o transporte marítimo, destruiu navios e pôs fim às exportações, encerrando definitivamente o ciclo da laranja no município fluminense. “Os que escapam da falência e não perdem suas terras conseguem vendê-las para incorporadoras e se transformam em comerciantes ou se transformam, eles mesmos, em loteadores, transformando suas chácaras em loteamentos.” (SIMÕES, 2006, p. 106)

Manoel Simões analisa a troca do nome do município de Iguaçu para Nova Iguaçu e entende que o acréscimo do adjetivo “nova” atendeu ao desejo da elite que surgia com a cultura da laranja, evidenciando a diferença da velha elite, ligada ao escravismo. “Saem os barões e entram os comendadores.” ((SIMÕES, 2006)

Durante a leitura de antigas edições do jornal *Correio da Lavoura*, surge uma indagação: como a sociedade iguaçuana experimentou socialmente a revolução de 1930? Como era a rotina das pessoas que viviam na Terra da Laranja enquanto a política nacional vivia momentos de agitação?

A falta de um acervo mais específico em relação ao tema nos leva a refletir sobre a necessidade de pesquisa e produção historiográfica voltada para a vida social e suas várias implicações, haja vista que a história de um povo não existe sem seus atores, sem sua gente. E é dessa gente que nos interessa falar; é sobre sua rotina, seu

envolvimento social e político, o lazer e a cultura vivenciados nesta pequena, mas não menos importante parte do nosso enorme país. Examinar antigas edições do *Correio da Lavoura* nos proporcionou melhor compreensão acerca da população naquela época.

Segundo nos informa Waldick Pereira,

“Iguaçu era uma “aldeia de sociedade quase fechada. O nome de família era um atestado de idoneidade, e a política, tanto quanto o comércio, reconheciam o indivíduo pelo vínculo hereditário que possuía. Como em toda sociedade rural e inculta, os títulos e os dotes intelectuais eram requisitos para aceitação de estranhos pelo grupo. Caracterizava-se, assim, uma barreira impedindo a penetração de forasteiros inescrupulosos e aventureiros.” (PEREIRA, 1977, VIII)

Apesar de desfrutar de prestígio econômico, o município possuía um comércio local modesto, com armazéns de secos e molhados, armarinhos, casa de ferragens, poucas lojas de tecidos e sapatarias.

Tinha uma pequena elite de hábitos requintados que fazia suas compras no Distrito Federal ou no exterior, para onde viajavam em navios. Porém, a população de Iguaçu era composta de pessoas das mais variadas origens, que para cá se deslocavam em busca de trabalho ou para investir o capital nos diferentes ciclos econômicos que marcaram a história do município.

Embora não seja o objetivo deste trabalho privilegiar um ou outro grupo social de Nova Iguaçu nas primeiras décadas do século XX, não há como não observar que algumas pessoas se destacavam pela posição social, pela família a que pertenciam ou pelas funções que exerciam, assim como ocorre nos dias atuais. Era nas páginas do jornal local que as “dilectas” personalidades se tornavam (re)conhecidas pela sociedade “iguassuana”. O *Correio da Lavoura* foi fundado em 22 de março de 1917 pelo Capitão Silvino Hipólito de Azeredo; com circulação semanal, o jornal se orgulhava de sua postura independente, o que, para muitos, levaria o jornal ao fracasso, pois, apesar de ter um “bello programma”, teria vida curta porque “imprensa sem dependência política, é fracasso”. Ainda bem que a opinião estava errada, o jornal continua circulando semanalmente, e muito do que hoje sabemos sobre nosso município foi registrado por semanário de noventa e sete anos.

Silvino Hipólito de Azeredo foi um empreendedor que deixou seu nome gravado na história de Nova Iguaçu, não só pelo pioneirismo na comunicação, mas também pelo seu envolvimento com a educação. A seu respeito

“Notas biográficas esparsas, comentários e homenagens feitos por colaboradores do Jornal revelam parte da trajetória deste intelectual, que passou por diversas instituições de ensino e de formação profissional, exerceu diversos tipos de trabalho,

incluindo o ensino, e circulou pelo ambiente literário da cidade do Rio de Janeiro (DIAS, 2012, p. 27).

As *datas íntimas* eram anunciadas na coluna Vida Social, em homenagem aos aniversariantes da sociedade local. Na política, além das comemorações de datas cívicas, como o aniversário da Proclamação da República, vale registrar a fundação do Partido Revolucionário de Iguassú, fato ocorrido na sede da União das Classes Conservadoras de Iguassú. Na reunião de “personalidades prestigiosas” a mesa provisória foi presidida pelo Sr. Silvino de Azeredo; participaram da mesa os Srs. Coronel Carlos Antonio de Mattos, prefeito interino do Município, Dr. Alberto Nunes Brigagão, Dr. Getúlio de Moura e José Pedro Cardoso. Vários discursos são proferidos. Em nota de rodapé foi anunciada a dissolução do Congresso Nacional e das Assembleias Estaduais; também foi informado que os crimes políticos seriam julgados por um Tribunal Especial, que será constituído. Falar desses nomes é falar de pessoas que fizeram Nova Iguaçu ser o que é; é conhecer um pouco da história de ruas, escolas e instituições cujos nomes são homenagens aos que num passado pouco distante deram sua contribuição e fizeram a história de nosso município.

Higiene e saúde eram temas recorrentes nas páginas do jornal. Um exemplo foi a notícia que falava do saneamento no município de Iguassú, afirmando que “*do entendimento entre o Director de Saneamento, o Director de Saúde Pública do Estado e o Prefeito do Município resultou a reorganização dos serviços de saneamento*” (Correio da Lavoura, 29/03/1928); a matéria tratava da determinação dos poderes públicos no sentido de reiniciar os trabalhos interrompidos, que eram combater o paludismo e verminoses, “rectificação” e limpeza dos cursos de água, porque “as pessoas se anemiam, presas de males endêmicos.” (Correio da Lavoura, 29/03/1928)

E para combater os mais variados males, havia fartura de anúncios: “*Tem dor de cabeça? D’ella se verá livre usando **Tranquillin***” e se o problema era a falta de vigor, a indicação não podia ser outra: “*Emulsão Abreu Sobrinho – Óleo de fígado de bacalhau com hyphosphito de cálcio e sódio. O melhor tônico para os fracos, moços e velhos. Paladar agradável. Em todas as pharmácias.*” (Correio da Lavoura, 22/03/1928)

Para os momentos de entretenimento o Cine Verde anunciava a exibição dos filmes “Papás de Broadway” “Um Contra Todos” “Dominó Negro” e “Mocidade Moderna”, este último apresentado em séries.

A Edição 577, de 05/04/1928, além da tradicional “Chronica” de Alfredo Jardim, e das felicitações a Nancy Lemos de Azeredo, esposa do Sr Silvino de Azeredo

Filho, apresenta uma matéria especial na qual presta homenagem póstuma a Nilo Peçanha, por ocasião de do 4º aniversário de sua morte (a homenagem se repetia anualmente). Na mesma edição o prefeito João Telles Bittencourt presta homenagem ao “*Correio da Lavoura*” por mais um ano de existência do periódico “iguassuano”.

Seguindo os passos do *Correio da Lavoura*, surge o jornal *A Crítica*, de propriedade de Avelino de Azeredo, filho de Silvino de Azeredo. O jornal foi fundado em 16 de junho de 1928, com um formato semelhante ao *Correio da Lavoura*, porém não teve a mesma longevidade (circulou por quase uma década). Ambos os periódicos tinham uma coluna (Vida Social e Crítica Social) onde eram registrados os aniversários, os acontecimentos sociais e as felicitações pelos mais diversos motivos. Nessas colunas “desfilavam” as personalidades de Iguazu, homenageadas pelo transcurso de “aniversário” ou por outras conquistas. Além dos membros da família de Silvino de Azeredo que constantemente eram alvos de felicitações, também a família Moura tinha seu representante mais ilustre, o “jovem acadêmico Getúlio de Moura” que viria a ser um dos líderes da Revolução de 1930 em Nova Iguazu.

A vocação agrícola produziu riqueza e projetou o município de Iguazu. A nova classe dominante, fortalecida econômica e socialmente pela riqueza proveniente da citricultura fez emergir uma nova classe dominante, os “doutores” e “capitães” passaram a controlar a política municipal.

## CAPÍTULO III

### Revolução em Nova Iguaçu

Na fase áurea da citricultura em Nova Iguaçu, a exportação de laranjas teve peso relevante na economia do Estado do Rio de Janeiro, apesar de o município conservar por muito tempo as características rurais. Segundo dados do Instituto Brasileiro [de Geografia e Estatística](#) (IBGE), quanto à divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município era constituído de 6 (seis) distritos: Jacutinga, Queimados, Nossa Senhora da Piedade de Iguassú (ex-Piedade de Iguaçu), São João de Meriti, Santana das Palmeiras e Pilar. No decorrer dos anos, por meio de Leis Estaduais, novos distritos foram criados ao município de Nova Iguaçu; outros mudaram de nome. Em 1933 a divisão administrativa do município constava de 9 (nove) distritos: Nova Iguaçu (o distrito-sede), Bonfim, Caxias (ex-Meriti), Estação José Bulhões (ex-Nossa Senhora da Piedade de Iguassú e ex-Cava), Estrela, Nilópolis, Pilar (ex-Xerem e ex-Estação João Pinto), Queimados e São João de Meriti. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31/12/1936 e 31/12/1937.<sup>9</sup> Os distritos de Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis só se emancipariam na década seguinte.

Era grande o número de pessoas envolvidas no cultivo da laranja ano após ano em Nova Iguaçu; o município recebeu muitos migrantes que passaram a residir nas chácaras onde se cultivavam laranjas. De acordo Waldick Pereira, a população que era de 33.396 habitantes em 1920, chegou a 140.606 habitantes em 1940<sup>10</sup>. (PEREIRA, 1977, p. 142). Pereira entende que o surpreendente crescimento ocorrido em Nova Iguaçu na década de 30 foi resultado de vários fatores, dentre os quais podem ser citados: a criação do Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense, 1936 (segundo o autor, iniciado por Nilo Peçanha no início do século); a construção do Hospital, inaugurado em março de 1935; instalação de estabelecimentos comerciais, indústrias, Bancos, cartórios etc.

---

<sup>9</sup>Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=330350&search=rio-de-janeiro|nova-iguacu|infograficos:-historico> Acesso em 06/11/2014

<sup>10</sup> O censo decenal deveria realizar-se em 1930, no entanto motivos, principalmente de ordem política, determinaram a sua não realização nesse ano. Disponível em <http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos> Acesso em 06/11/2014

O município entrava na década de 1930 sendo governado pelo Cel. Alberto Soares de Sousa e Melo, (31 de dezembro de 1929 a 18 de dezembro de 1930), porém a década seria de grandes transformações políticas em função da revolução de 30. A vitória do candidato governista Julio Prestes, eleito em março de 1930, gerou enorme descontentamento entre os opositores derrotados, e estes se uniram para impedir a posse de Julio Prestes. O momento político era de incerteza, as autoridades tentavam manter a ordem e evitar que se instalasse o “caos”. Um exemplo desse esforço pela manutenção da ordem foi o telegrama enviado ao prefeito de Iguazu:

“A ordem pública deste Estado segundo comunicado oficial abaixo transcrito:

Sr. Prefeito de Iguazu, Comunico-vos que ordem publica nosso territorio mantem-se como desde início movimento revolucionário, inalterável funcionando poderes constitucionais e respectivas Repartições bem como comércio e indústrias. P.T. nossas fronteiras continuam guarnecidas nossa briosa e valente força Militar ao Sr Presidente Estado que se acha prestigiado todas classes sociais chegam os mais veementes protestos solidariedade e apoio. Saudações cordiais. Álvaro Rocha - Secretaria Interior, 12 de Outubro de 1930 (Correio da Lavoura, 16/10/1930)

As decisões políticas giravam em torno dos acontecimentos ligados ao movimento revolucionário. Assim, na mesma edição era publicada a seguinte notícia:

“Comunicam-no de sua secretaria: O Cel. Alberto Soares de Souza e Mello, Prefeito do Município de Iguazu, acaba de fundar a Legião de Iguassú, que constituindo um batalhão patriótico se destinará a apoiar as autoridades constituídas, defendendo as instituições republicanas.

Na sede da Prefeitura e Junta de Alistamento Militar, em Nova Iguazu, conserva-se o livro de inscrições para receber assinaturas de todos os que se comprometeram a defender o governo e a família nacional. (...)” Correio da Lavoura, 16/10/1930)

A referida comissão organizadora ficou composta das seguintes pessoas: Coronel Alberto Soares de Souza e Mello, Prefeito Municipal e Presidente da junta de Alistamento Militar de Iguazu, Coronel Rodrigo Teixeira de Magalhães, da reserva do Exército Nacional, Dr. Octavio Ascoli, deputado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio, Coronel Peregrino Esteves de Azevedo, Presidente da Câmara Municipal de Iguazu, Srs. Decio Soares de Souza e Mello, Murillo Augusto Esteves da Costa, oficiais inferiores reservistas do Exército Nacional.

Em sinal de aprovação da fundação da Legião, o Cel. João Telles de Bittencourt, sub-delegado de São João de Merity, 4º distrito do município, enviou ao prefeito o seguinte telegrama: *“Cel. Alberto Mello Nova Iguazu Temos satisfação comunicar fundação “Batalhão Patriotico Dr. Manuel Duarte” será incorporado Legião Iguassú”*



A tensão política era entrecortada por notícias sobre a necessidade de combate à mosca do Mediterrâneo e sobre as autoridades eclesiásticas que visitaram o município, porque para o município o combate ao inseto era mais importante naquele momento do que propriamente a questão política ou visita do Bispo.

A respeito da primeira, era grande a preocupação e o jornal alertava quanto aos cuidados a serem tomados: “*A destruição deve ser feita mediante fervura, fogo ou enterro das frutas (...) num buraco e cobertas com uma camada de terra de um metro de espessura (...) ou uma camada de cal viva de algumas polegadas de espessura...*” (Correio da Lavoura, 09/10/1930)

No tocante ao segundo assunto, o semanário anunciava (em 09/10/1930) a visita do Bispo D. Guilherme Muller, procedente de Barra do Pirahy, e, na edição seguinte (em 16/10/1930), a visita do Bispo de Lages (SC), D. Manoel Henrique Hostin.

Enquanto o município seguia numa aparente tranquilidade, a realidade era bem diferente em outras partes do país. No dia 3 de outubro, o movimento revolucionário sob a liderança civil de Getulio Vargas e liderança militar do tenente-coronel Góes Monteiro põe em prática uma estratégia que seria decisiva para alcançar os objetivos revolucionários. A Revolução tem início no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e no Nordeste, simultaneamente; após a ocupação de cidades estratégicas para a sustentação do movimento, os revolucionários exigem a renúncia de Washington Luís, que não cede à pressão dos opositores, e em 24 de outubro, faltando poucos dias para o fim de seu mandato, é preso pelos militares e depois exilado. Instala-se uma Junta Provisória de governo, até a chegada do revolucionário e novo presidente. Getúlio Vargas recebe o poder e inicia o Governo Provisório. Não demoraria muito para que Governadores e Prefeitos fossem substituídos por Interventores.

No curto período de governo da Junta Provisória, o Rio de Janeiro teve um Interventor interino, Demócrito Barbosa (24 a 28 de outubro) e Nova Iguaçu foi administrado pelo prefeito interino, Cel. Carlos Antonio de Mattos. Ao assumir o poder, Vargas depõe os Governadores e nomeia interventores em todos os Estados, com exceção de Minas Gerais, o único Estado que não sofreu intervenção federal.

Muito do que sabemos sobre a história de nosso município foi registrado nos jornais locais daquela época. O Correio da Lavoura é o jornal mais antigo de Nova Iguaçu, ainda em circulação em quase um século de existência; nele foram registrados os principais acontecimentos, não só do município, mas também de outras partes Brasil e do mundo. Na edição do dia 06/11/1930, um artigo intitulado “24 de Outubro”,

assinado por Jarbas Cordeiro, enaltecia a revolução e os que nela se destacaram. O artigo falava que somente depois de quatrocentos e trinta anos da descoberta do Brasil, os brasileiros podiam registrar a história e deixar de ser apenas ouvintes da narrativa alheia. Também enunciava que a história não é mais a do dominante, e que de fracasso em fracasso adquiriu-se experiência, de luta em luta chegou-se à arrancada cívica, iniciada, para o articulista, com os “Dezoito de Copacabana”. O artigo continuava enumerando fatos que se tornaram parte da revolução, desde o assassinato de João Pessoa, atribuindo-lhe adjetivos como herói, justo, grande governador etc., até a fraude nas eleições para perpetuar o poder dos inimigos, colocando a união da Paraíba, Rio Grande do Sul e Minas Gerais como “a trindade radiosa”. Por todos os fatos citados, o autor diz, enfim, que “o Gigante se acordou ao som dos clarins da vitória” e que todos esses acontecimentos levaram o Brasil à Revolução.

Na edição seguinte (13/11/1930) o jornal publicava a segunda parte do artigo, esta assinada por Edmundo Galvão, continuando a exaltar a revolução. A mudança do regime político foi descrita como um fato que devolveu alegrias e júbilos ao povo que vivia oprimido pelo despotismo, mas que a partir daquele ato de bravura podia erguer-se com orgulho do resplendor de 24 de outubro (data da Revolução), cuja grandeza só podia ser comparada ao que ocorrera em 13 de maio de 1888, quando a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, acabando definitivamente com a escravidão no Brasil. O articulista compreendia então a euforia generalizada que tomou conta do povo, que voltava a sentir a felicidade conquistada pelos “grandes e varonis soldados e apóstolos” que bravamente defenderam os direitos que haviam sido roubados.

Todos, especialmente os que direta ou indiretamente estavam envolvidos com a política, faziam da revolução um motivo a mais para se promoverem perante a sociedade e às autoridades. Quando da passagem de Getúlio Vargas a caminho da Capital Federal, a população de Nova Iguaçu viveu intensamente as horas que antecederam sua chegada; a população se aglomera para assistir à passagem de Vargas, vindo de São Paulo em direção ao Rio de Janeiro, o que só ocorreu mais ou menos às 15 horas; a estação foi enfeitada, as escolas públicas enviaram seus alunos e as escoteiras encantavam a todos. O comboio foi recebido com aplausos e foguetes. O chefe da revolução recebeu os cumprimentos do prefeito interino e de outras pessoas; Getúlio de Moura discursou em nome do povo da cidade. Ruas e casas foram ornamentadas com bandeiras vermelhas e nacionais e cartazes de saudação. Encerraram-se as homenagens ao som de *“Viva Getúlio Vargas. Viva o heroico Rio Grande do Sul. Viva a gloriosa*

*Minas. Viva a heroica Paraíba. Viva o Brasil!*”. O comboio seguiu para a Capital, onde ocorreram praticamente as mesmas manifestações.

Ainda segundo o jornal, as mulheres também manifestaram regozijo pelos acontecimentos e conclamaram às demais a seguirem o exemplo. Assim, “*uma legítima representante da mulher carioca – nobre exemplo de patriotismo e de coragem cívica*” solicita a publicação de um artigo no qual apela às Mulheres Brasileiras a que se unam na paz, assim como o fizeram na guerra, para que a Revolução “triumphe”. As mulheres do Brasil eram incentivadas a auxiliarem “*com o coração a obra que os homens haviam iniciado com o cérebro*”; cada mulher deveria fazer pequenas renúncias e assim colaborar, entregando o que tivesse de melhor ou o bem mais precioso para que fosse alcançada a soma suficiente para saldar as dívidas do Brasil. Se era comum atribuir-se ao sexo feminino o hábito da futilidade, aquele era o momento de deixar de lado toda vaidade em benefício da pátria. As mães não vacilaram em dar seus filhos para lutar pelo Brasil, também não deveriam, naquele momento de tamanha relevância, permitir que a vaidade falasse mais alto que o bom senso; as jóias e adornos seriam bem mais úteis se convertidas para auxiliar na reconstrução do Brasil. O apelo também era destinado aos jovens adolescentes para fazerem o mesmo, de acordo com as posses: adiar a compra de um vestido, ou de um perfume ou abrir mão do prazer proporcionado por uma sessão de cinema, afinal, era tudo por uma nobre causa: “*Ofereçamos à Pátria, com nossas jóias e as nossas economias, toda a nossa alma e todo o nosso coração!*” (Diário Carioca de 29/10 apud Correio da Lavoura, 06/11/1930).

A participação feminina em comemoração à revolução acontecia de diferentes modos, como descrito na edição de 13/11/1930, em que fora publicado o convite para a Missa em ação de graças que “*A exma. senhora Amélia Barbosa de Moura, esposa do conceituado negociante Joaquim Mariano de Moura, e mãe do acadêmico Getúlio de Moura*” faria celebrar no dia 15 de novembro como gratidão pela vitória na Revolução. O convite era extensivo a todas as pessoas que se identificassem com a doutrina revolucionária. A mesma edição homenageava aos pioneiros da revolução, os “vultos proeminentes” que participaram do movimento que mudou a realidade do país, dentre os quais se destacavam os nomes de Getúlio Vargas, João Pessoa, Antonio Carlos e do general Juarez Távora, os quais teriam seus retratos no salão nobre do Paço Municipal.

Tanto entusiasmo talvez tenha feito com que muitas pessoas não prestassem atenção à nota publicada no rodapé da página: “*Por decreto de ante-hontem do governo provisório foram dissolvidos o Congresso Nacional e as assembléias legislativas*

*estaduaes. Será constituído o Tribunal Especial para o julgamento de crimes políticos.”*  
(Correio da Lavoura, 13/11/1930)

O jornal ainda informou que na sede da União das Classes Conservadoras de Iguassú personalidades locais se reúnem para efetivar a fundação do Partido Revolucionário de Iguassú. A mesa provisória foi presidida pelo Sr. Silvino de Azeredo, diretor do Correio da Lavoura. Dela também fizeram parte: Cel. Carlos Antonio de Mattos, prefeito interino do município, Dr. Alberto Nunes de Brigagão, Dr. Getúlio de Moura e José Pedro Cardoso. Roberto Cabral sugeriu o nome de Getúlio Moura como candidato à presidência do partido, no que foi acompanhado de salva de palmas. Getúlio Moura fez o que lhe era de costume: discursou e foi aplaudido por todos; outros fizeram o mesmo e por fim o presidente encerrou a sessão.

Apesar do clima de euforia que tomava conta da população, segundo o jornal, iniciou-se o processo de intervenções. Plínio Casado foi nomeado interventor no Rio de Janeiro (28/10/1930 a 29/05/1931). No município vários nomes foram levados a Plínio Casado, que acabou por nomear Sebastião de Arruda Negreiros para prefeito de Nova Iguaçu (19/12/1930 a 20/08/1936).

Vale lembrar que até o final do mês de novembro ainda não havia solução quanto ao governo do município, pois, de acordo com as notícias locais, vários candidatos havia se apresentado, com relativo apoio das correntes que disputavam a indicação para o governo local. O prefeito interino continuava exercendo a função administrativa, enquanto se aguardava o desfecho da situação. Nesse ínterim ocorreu um fato curioso: com o consentimento do “*Exmo Sr. Cel. Carlos Antonio de Mattos, prefeito interino e coletor estadual e do Sr. Sylvino de Azeredo, muito digno Delegado da 7ª Região Policial*” foi criada uma comissão para percorrer o município e angariar contribuições para auxiliar no pagamento da dívida externa, “*atendendo ao grito patriótico do insigne Dr. Oswaldo Aranha, muito digno Ministro da Justiça*”. A iniciativa de criar a comissão partiu de algumas “senhoritas” e contou com participações de mulheres e homens interessados em atender ao apelo do Ministro Oswaldo Aranha, cujo objetivo era a amortização da dívida externa e, conforme nota veiculada no jornal, “*Nova Iguassú não poderia ficar indiferente ante tão comovedor gesto de patriotismo*”. Assim a referida comissão percorreu as ruas da cidade no dia da festa da Bandeira. A bem da verdade, o que todos queriam era estar de acordo com a política em vigor; tudo passou a girar em torno da Revolução e assim Nova Iguaçu estava pretensamente “*contribuindo para figurar com destaque dentre os lugares do Brasil que mais*

*eficientemente acudiram ao apelo do grande chefe revolucionário Oswaldo Aranha”*  
(Correio da Lavoura, 04/12/1930)

O episódio de grande relevância para a história municipal<sup>11</sup> foi publicado no dia 18/12/1931. A disputa pela indicação ao governo do município se deu entre três candidatos: Sebastião de Arruda Negreiros, indicado pela corrente do deputado Manoel Reis; Getúlio de Moura foi indicado pelas classes conservadoras; o terceiro candidato, Sr. Abílio Motta foi indicado pelos liberais independentes. A disputa exaltou os ânimos e agravou a cisão política local. A escolha de Arruda Negreiros desagradou Getúlio de Moura e seus partidários; estes, então, organizaram um movimento armado, e no dia 14 de dezembro de 1930, um grupo de homens com armas de diferentes tipos e tamanhos ocupou a Delegacia, detendo o delegado Sylvio de Azeredo.

“Feito isto, dirigiram-se os rebeldes à residência do Dr. Getulio Moura, acompanhando-o até o edifício do Paço Municipal. Por um grupo armado sob a chefia do Sr. Roberto Cabral, foi o Sr. Cel. Carlos Mattos, prefeito interino, conduzido de residência até a prefeitura onde transmitiu o poder ao Dr. Getúlio Moura, retirando-se após acompanhado dos mesmos homens.” (Correio da Lavoura, 18/12/1930)

Diferentemente do que ocorrera com Getulio Vargas na esfera federal, a tentativa de reproduzir semelhante fato em Nova Iguaçu não teve igual sorte. As autoridades policiais do Estado do Rio de Janeiro chegaram ao município e tomaram as devidas providências para restabelecer a ordem na cidade. Foram ouvidos os principais envolvidos no episódio; Getúlio de Moura foi ouvido demoradamente em lugar reservado. Depois dos procedimentos, as autoridades foram à sede da prefeitura, acompanhadas de Getúlio de Moura e diante dele reintegraram o Cel. Carlos Mattos no cargo de prefeito interino, frustrando a revolução na terra da laranja.

Ainda segundo o jornal, após longo e exaustivo dia as autoridades deixaram a cidade. Na segunda-feira seguinte foi instaurado inquérito na Chefatura de Polícia Fluminense com o propósito de apurar os fatos ocorridos em Nova Iguaçu no dia anterior. Getúlio de Moura estava acompanhado de seu advogado, Dr. Bittencourt Júnior, quando compareceu para prestar depoimento. O sargento Roberto Cabral também compareceu e foi ouvido pelo Dr. Carlos Lassance, 1º delegado auxiliar, responsável pelo inquérito. O ocorrido não abalou o prestígio de Getúlio frente à sociedade iguaçuana, todavia, sua maior aspiração ainda teria que esperar longos anos

---

<sup>11</sup> É encontrado em todos os trabalhos dos memorialistas que versam sobre a história da região. Sobre a divisão entre historiadores e memorialistas, ver Marques, 2006

para se concretizar. Somente em 1945 ele chegaria ao posto de chefe do Executivo local.

Decorridos alguns poucos dias, Sebastião de Arruda Negreiros foi finalmente empossado: “*Nomeado pelo interventor do Estado, empossou-se a 19 do corrente, no cargo de prefeito deste município o Dr. Sebastião de Arruda Negreiros, antigo professor da Armada e advogado militante no fórum desta comarca.*” (Correio da Lavoura, 25/12/1930). Amigos e correligionários de Arruda Negreiros cuidaram para que nada compromettesse a ordem nem atrapalhasse o tom festivo daquela data, e assim foi, na mais completa tranquilidade, muitos discursos, aplausos e homenagens.

Homenagens também eram prestadas a Getúlio de Moura, conforme nota no jornal sobre a recepção que lhe prestaram amigos, correligionários e famílias, quando de seu retorno da Capital do Estado, onde fora prestar depoimento. A mesma consideração dos amigos será registrada pelo Correio da Lavoura cinco meses depois, quando de sua detenção em praça pública, por ordem do delegado regional, sob alegação de porte de arma proibida. Os amigos permaneceram próximo à delegacia, aguardando o momento em que ele fosse posto em liberdade.

Em depoimento à Marieta Ferreira em 1999, Francisco Amaral, ex-prefeito de Nova Iguaçu, assim descreveu Getúlio de Moura:

Era uma pessoa afável, cordata e atenciosa. Excelente orador (...) Tinha coragem e era homem de decisão. Uma ocasião, nos idos de 1930, foi feita uma intervenção em Nova Iguaçu e foi posto um interventor lá, passando por cima de todo mundo. Getúlio fez uma revolução e tomou a prefeitura na marra. Assumiu o poder, mas foi destituído em poucas horas. (...) Estendeu sua liderança a outros municípios e depois tornou-se um prócer da UDN estadual. (AMARAL, 2001).

Moura prosseguiu na carreira política; seu nome ficou definitivamente associado à história de Nova Iguaçu, como referência de liderança, principalmente nos anos 30. Conforme Simões (2006), Manoel Reis e Getúlio Moura faziam parte da aliança política construída na década de 1920 em torno de Nilo Peçanha; as duas principais lideranças políticas da região se colocam em lados opostos e a aliança se desfaz em 1933, não exatamente por questões ideológicas, mas principalmente por interesses pessoais.

Manoel Reis teve melhor sorte, pois seu candidato foi escolhido pelo interventor. Devidamente empossado, um dos primeiros atos de Arruda Negreiros foi ratificar os atos praticados pelo prefeito interino, Cel. Carlos Mattos, seu antecessor. O novo prefeito criou uma comissão composta por quatro membros, para elaborar o orçamento para 1931, rever receita e despesas, quadro de funcionários, aumento ou

redução de vencimentos e de pessoal, elaborar tabela de taxas e impostos e propor as medidas que julgassem necessárias à organização do orçamento do município para o ano seguinte. A comissão foi criada pelo Decreto nº 20, de 23 de dezembro de 1930, composta dos seguintes nomes: Dr. Adalberto Nunes Brigagão, Sebastião Herculano de Mattos, Cel. Nicolau Rodrigues da Silva e João de Almeida. (Correio da Lavoura, 25/12/1930).

Na edição do dia 01 de janeiro de 1931, o jornal local anunciaria a troca realizada no judiciário: o Juiz de Direito da Comarca, Dr. João Maria Nunes Perestrello, é transferido (pelo interventor do Estado e a pedido) para a Comarca de Petrópolis; sendo substituído pelo Dr. Athayde Parreira, que estava na Comarca de Maricá.

Arruda Negreiros apoiou a campanha iniciada pelo Correio da Lavoura: “A velha campanha (...) com o fim se fundar em nossa cidade um Hospital, parece que caminha para uma solução prática, graças á boa disposição em que se acha o Sr. Prefeito na sua realização” (Correio da Lavoura, 29/01/1931). A nota era a respeito da reunião realizada pelo prefeito no sábado anterior, com a presença de “cavalheiros de prestígio”, incluindo-se aí o Sr. Silvino Azeredo, convidado pelo prefeito, para discutir a construção do hospital. Não houve conclusão acerca do assunto proposto e nova reunião foi marcada para o dia 1º de fevereiro, no mesmo local. O Correio da Lavoura liderou a campanha e também registrou todo o processo de construção, desde o lançamento da pedra fundamental, até a inauguração, em 1935.

Cinco meses depois da fracassada tentativa de golpe, Getúlio de Moura passou pelo constrangimento de ser detido em praça pública, por soldados do Exército, que o conduziram à polícia a mando do delegado regional; lá chegando, foi autuado em flagrante por porte de arma proibida. O jornal descreveu o acontecimento como injustificado:

“(…) De que feio crime o acusam seus adversários? Será por ter tido a bravura cívica de em plena ditadura derrubada pela Revolução, afrontando os tiranetes da época, que o dimitiram por despeito e vingança, por suas ideias liberais? Será ainda, por ter com outros revolucionários na manhã de 24 de outubro formado a Junta governativa, que nesta cidade prestou relevantes serviços à causa nacional? Se assim é, convenhamos, não valeu a pena tantos sacrifícios despendidos para chegarmos a uma situação que, hoje se desenha bem mais perigosa do que a extinta pelo movimento outubrista, que ao menos jamais nos deu o triste e deprimente espetáculo de perseguir com prisões vexatórias, seus adversários, mesmo os mais exaltados na defesa de seus ideais (...)” (Correio da Lavoura, 07/05/1931)

O jornal argumenta que as autoridades policiais agiram como se não houvesse mais respeito à liberdade individual, de forma a comprometer o prestígio da polícia junto à população. A justificativa para o porte de arma foi, segundo a imprensa local,

devido às ameaças sofridas desde os acontecimentos em fins do mês de dezembro do ano anterior e que, por essa razão, o chefe de Polícia do Estado lhe dera permissão verbal para andar armado. Mais uma vez os amigos de Getúlio de Moura deram prova de apreço por ele, indo para as imediações da delegacia, onde permaneceram até o momento em que foi posto em liberdade.

O auto de flagrante contra Getúlio de Moura foi anulado pelo Dr. Athayde Parreira, Juiz de Direito da Comarca de Nova Iguaçu. O juiz julgou improcedente a denúncia e o absolveu da acusação, por entender que ele estava devida e legalmente autorizado para andar armado. Era finalmente, a conclusão de um processo do qual ele foi o protagonista. (Correio da Lavoura, 16/06/1931).

A Revolução iniciada em outubro, teve em Nova Iguaçu alguns eventos com dinâmicas próprias, fruto da política municipal. Entre 24 de outubro e 20 de dezembro os políticos viveram dias de incerteza, mas ao fundar a União das Classes Conservadoras o grupo capitaneado por Getúlio de Moura e com o prefeito interino achou que viabilizaria o nome de Moura para a prefeitura, mas o que aconteceu foi a nomeação de Negreiros e a invasão armada à prefeitura no dia 14 de dezembro.

Diferente do que ocorreu em nível nacional, a demonstração de força não impediu a volta do prefeito interino e a posse de Negreiros, mas explicitou a divisão do grupo criado sob a batuta de Nilo Peçanha. A revolução de 30 na terra da Laranja não representou mudanças, pois todos que apoiaram Moura foram rapidamente incorporados por Negreiros, seja em comissões ou nas campanhas. Os constrangimentos impetrados a Moura não impediram que fosse eleito em 1945 e se tornasse um dos ícones da política municipal. A invasão da prefeitura foi a tradução local da revolução com um desfecho diferente.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo foi realizado percurso historiográfico entre diferentes correntes interpretativas dos acontecimentos que levaram à Revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas à presidência da República. O objetivo era apresentar o evento no âmbito nacional.

No segundo capítulo foi contada um pouco da história de Nova Iguaçu a partir da economia e a sociedade, alicerçadas na agricultura em três ciclos consecutivos, dos quais o mais importante foi o ciclo da laranja e que projetou Nova Iguaçu para o Brasil e outros países, que consumiram o produto nacional no auge da produção.

No terceiro capítulo foram evidenciados os atores políticos que comandaram o destino do município e as disputas de poder travadas por esses políticos, a partir da leitura do periódico semanário Correio da Lavoura.

A Revolução de 30 em Nova Iguaçu foi uma tentativa frustrada, liderada por Getúlio de Moura com o propósito tomar o poder, usando a força das armas, na expectativa de se tornar o segundo Getúlio revolucionário, repetindo na esfera municipal o feito de Getúlio Vargas na esfera federal.

Apesar do prestígio local de que desfrutava entre seus correligionários, Getúlio de Moura não logrou êxito na indicação ao cargo de prefeito feita por Plínio Casado, interventor federal no estado do Rio de Janeiro, nomeado pelo presidente da República.

Getúlio de Moura e Manoel Reis, antigos aliados, ficaram em lados opostos na disputa pelo poder local. Reis se aproximou de Getúlio Vargas e conquistou os membros da elite citricultora que se identificavam com as diretrizes do novo presidente. Para Getúlio de Moura só restou a alternativa de exercer oposição; a ele se uniram os novos membros da elite mais ligados à economia urbana. A nomeação do gaúcho Plínio Casado como interventor no estado do Rio de Janeiro e a aproximação de Reis a Vargas, foi uma conjugação de fatores que facilitaram a escolha de Arruda Negreiros ao governo de Nova Iguaçu, em detrimento de Getúlio de Moura.

## BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Francisco. *Francisco Amaral* (depoimento, 1999). Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2001.

CAMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU. *Prefeitos do município*. Disponível em [http://www.cmni.rj.gov.br/nossa\\_historia/nossos\\_prefeitos/](http://www.cmni.rj.gov.br/nossa_historia/nossos_prefeitos/) Acesso em 20/10/2014

COLEGIO BRASILEIRO DE GENEALOGIA. *Governadores do estado do Rio de Janeiro* in <http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/rj-governadores.pdf> Acesso em 01/11/2014

DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no Distrito-Sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Niterói: UFF, 2012. (tese em educação)

DE DECCA, Edgar Salvadori. 1930, *O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. 6ª ed – 2ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2004

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: história e historiografia*. 16ª edição – 5ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. *História Concisa do Brasil*. 1ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes & PINTO, Surama Conde de Sá. *A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. I

GOMES, Ângela de Castro. *O redescobrimento do Brasil*. In: *Estado Novo: Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 109-150

INEPAC, Histórico dos municípios. Disponível em <http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/NovaiGuaçu.pdf> Acesso em 15/10/2014

LAMARÃO, Sergio Tadeu de Niemeyer. *Crise econômica e centralização política: o Estado do Rio nos primeiros anos da Era Vargas (1930-1937)*. Disponível em <http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/Lamarao-para-pdf.pdf>. Acesso em 30/09/2014

MARQUES, Alexandre dos Santos. Baixada Fluminense: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas. In *Pilares da Historia*. Duque de Caxias, ASAMHI/CMCDC, Ano IV – nº 6 Abril de 2006

PEREIRA, Waldick. “Cana, Café e Laranja: História Econômica de Nova Iguaçu”. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977.

RODRIGUES, Adriano Oliveira – De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90’s): economia e território em processo . Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Lucia. Verão de 1930-31: tempo quente nos jornais do Rio. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria de Comunicação Social, 2003

SIMÕES, Manoel Ricardo. A cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense. Niterói: UFF, 2006. (tese de geografia)

SOUTO, Adriana Branco Correia. Tabuleiro de Damas para um Jogo de Xadrez: Emancipação de Duque de Caxias vista por Nova Iguaçu através do Correio da Lavoura. Nova Iguaçu: UFRRJ, 2014 (Monografia de conclusão de curso em Licenciatura em História)

## ANEXO

**BIOGRAFIA DE GETÚLIO DE MOURA**

“*Getúlio Barbosa de Moura* nasceu em Itaguaí (RJ) no dia 10 de junho de 1903, filho de Joaquim Mariano de Moura e de Amélia Barbosa de Moura.

Cursou o internato do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e tornou-se em 1924, funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Após a vitória da Revolução de 1930, da qual participou como chefe do movimento rebelde em Nova Iguaçu (RJ), em dezembro do mesmo ano depôs o prefeito daquela cidade e assumiu o cargo. Entretanto, conflitos relacionados com a administração municipal e divergências com o governo federal determinaram mais tarde a ocupação da cidade por tropas do Exército. Getúlio de Moura foi afastado do cargo e em seguida processado em virtude de ter responsabilizado o Governo Provisório por crime político.

Em 1931 bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, especializando-se em direito criminal. Em outubro do mesmo ano foi anistiado por Getúlio Vargas.

Em maio de 1933 elegeu-se suplente de deputado pelo estado do Rio de Janeiro à Assembléia Nacional Constituinte na legenda da União Progressista Fluminense, não chegando a participar dos trabalhos constituintes. No período que se seguiu, ocupou uma cadeira na Câmara Municipal de Nova Iguaçu e foi presidente da casa de 1936 até novembro de 1937, quando, com a instauração do Estado Novo, os órgãos legislativos do país foram suprimidos. Retornou à prefeitura de Nova Iguaçu em março de 1945, ali permanecendo até novembro do mesmo ano, um mês após a queda do Estado Novo.

Com a redemocratização do país, elegeu-se em dezembro de 1945 deputado pelo estado do Rio de Janeiro à Assembléia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Assumindo sua cadeira em março do ano seguinte, participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta (18/9/1946), passou a exercer mandato ordinário. Nessa legislatura ocupou de 1947 a 1948, o cargo de segundo-secretário da mesa da Câmara, tendo em janeiro deste último ano votado contra a cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), cujo registro fora cancelado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em maio de 1947.

Reelegeu-se sucessivamente, na mesma legenda, em outubro de 1950 e de 1954, com os votos oriundos da Baixada Fluminense, que congregava grande população de baixa renda e onde a atuação de chefes políticos, conhecidos como “caciques”, era mais evidente pelo controle dos chamados “currais eleitorais”. Membro da cúpula do PSD, Getúlio Moura foi um desses chefes, controlando os donos de cartório da região, distribuindo favores e manejando a máquina administrativa local.

Em outubro de 1958 disputou o governo do estado do Rio de Janeiro, mas foi derrotado pelo candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Silveira. Deixando a Câmara em janeiro de 1959, ao concluir seu terceiro mandato, assumiu posteriormente a vice-presidência e depois a presidência da Rede Ferroviária Federal, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Ainda em 1959, foi nomeado embaixador extraordinário do Brasil em Honduras, tendo feito outras viagens ao exterior para estudar as questões ferroviárias, por indicação do governo federal, e também para participar da delegação brasileira junto à Organização das Nações Unidas (ONU).

Foi secretário de Obras Públicas do estado do Rio de Janeiro no governo de Celso Peçanha (1961-1962). Em outubro de 1962 voltou a se eleger deputado federal por seu estado na legenda do PSD e assumiu o mandato em janeiro de 1963, tornando-se, a partir de junho desse ano, vice-líder de seu partido na Câmara. Após o movimento político-militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart (1961-1964), foi nomeado no mês seguinte ministro extraordinário para assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República, ocupada interinamente durante duas semanas pelo presidente da Câmara Federal, Pascoal Ranieri Mazzilli. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao governo, do qual se tornou vice-líder em março de 1966.

Em novembro de 1966 foi reeleito na legenda do MDB, tendo exercido, a partir de fevereiro de 1967, a segunda vice-presidência da Câmara. No exercício do mandato, foi presidente das comissões de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, de Redação, de Serviço Público, de Constituição e Justiça e de Orçamento, além de membro efetivo da Comissão de Educação e Cultura. Em fevereiro de 1969 teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos por força do Ato Institucional nº 5 (AI-5), editado em dezembro de 1968.

Fundou a Associação Rural de Nova Iguaçu e presidiu a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro até sua morte, no dia 10 de julho de 1981.

Foi casado com Maria Barbosa de Moura.

Publicou Raul Fernandes (1967), Contra a projetada fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1967) e José do Patrocínio e Nilo Peçanha e a atualidade brasileira.”